

# ECONOMIA BRASIL Mão Pesada

O governo quer mais dinheiro e age como lhe apraz para transferir renda do setor privado para o setor público. Este ano terminou com as empresas mais uma vez surpreendidas pela insaciável sede financeira da máquina estatal. O último golpe partiu do Ministério da Previdência, amplamente apresentado pelo ex-Ministro Waldir Pires como superavitário e virtualmente saneado. Agora, na versão do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, as coisas não são bem assim, ou não são exatamente assim para 1987. É preciso aumentar a arrecadação em nada menos que 7 bilhões de cruzados.

De onde sairá o dinheiro? De uma fórmula simples: de um decreto-lei que o Presidente iria assinar, eliminando o teto para contribuição do empregador, atualmente estabelecido em 20 salários mínimos. Com isso, as empresas passarão a recolher 10% sobre todos os salários que superarem o teto atual.

Ora, hoje em dia as empresas já são oneradas em suas folhas de pagamento em cerca de 50% — ou às vezes mais — com encargos sociais. Não há nada de errado em que se contribua para a Previdência, para fundos de assistência ao trabalhador, ou que se paguem impostos e taxas. Qual, porém, o limite além do qual as empresas serão desestimuladas a criar novos empregos, ou serão obrigadas a recursos evasivos para não entrarem em faixas perigosas de comprometimento dos seus interesses a longo prazo com o peso dos encargos sociais?

Para o trabalhador, a Previdência deveria ser

uma garantia de assistência médica e de aposentadoria razoável. Quem, contudo, sente-se confortável com a Previdência Social no Brasil? O que cresce são unicamente as contribuições. Os benefícios ficam estagnados ou deterioram.

Alega o governo que precisa corrigir aposentadorias defasadas. Não há dúvida sobre a defasagem das aposentadorias. Não se está pretendendo penalizar a velhice ao argumentar contra o aumento indiscriminado de contribuições. O que se quer é uma prestação de contas à sociedade para as razões reais pelas quais a Previdência não pode cobrir seus encargos com o que arrecada.

Há razões demais para suspeitas de que o aumento da arrecadação é provocado por um fenômeno paralelo, que é o crescimento do déficit público, sobre o qual — está demonstrado — a área econômica perdeu o controle. Chegamos ao final do ano com uma dívida líquida de 6,3% do Produto Interno Bruto. As estatísticas de cálculo do déficit público foram modificadas, com despesas que antes corriam por conta do Tesouro, empurradas para o sistema bancário, sugerindo que o déficit é maior ainda. A mão pesada da Previdência pode, portanto, cair no bolso das empresas muito mais para atender ao descontrole dos gastos do que para atender àqueles que aparecem como seus beneficiários, os pobres idosos e aposentados. O recurso para arrecadar é o de sempre: aciona-se o gatilho contra as empresas, levando mais renda de quem produz para os cofres públicos.